

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Ensino fundamental, médio e profissionalizante

**EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
2018-2019**

SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

1 Introdução

A Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual do Paraná desenvolve ações relativas à educação das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena durante o período letivo em consonância com as leis 10.639/03 e 11.645/08 e o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná (2017, p. 50-51) que estabelece que as instituições de ensino devem garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contemple, obrigatoriamente, ao longo do ano letivo, a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na perspectiva de proporcionar aos estudantes uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Assim, os componentes da equipe compreendem, em sintonia com o Departamento de Diversidade da Secretaria de Estado da Educação, que os processos educativos e a educação escolar se constituem de sujeitos, instituições, espaços, tempos, relações sociais e de ferramentas pedagógicas que podem contribuir para a superação das desigualdades sociais e do preconceito. Percebe que o desenvolvimento de processos de escolarização que compreendam, respeitem e atendam às especificidades dos diferentes sujeitos é fundamental para garantir seu ingresso e sua permanência na escola e para o fortalecimento de suas lutas coletivas.

2 JUSTIFICATIVA

A partir da década de 2000, segundo Marçal (2012, p. 14), políticas preferenciais, políticas de ação afirmativa que passaram a favorecer a população negra são efetivadas no Brasil. Ainda para Marçal, citando Heringer (2006), o momento decisivo para a implementação destas políticas foi a III Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Intolerância Correlatas, que ocorreu no ano de 2001 em

Durban na África do Sul. A partir da realização desta conferência é que ações concretas são desenvolvidas no sentido de concretizar as ações afirmativas.

Tais políticas decorrem de uma intensa mobilização do movimento negro e indígena que passaram a revelar que apesar da população negra representar cerca da metade da população brasileira os negros e negras acabam não ocupando os cargos de comando e decisão no estado e na sociedade. Segundo o IBGE¹ a população brasileira somava em 2016, 205 milhões e destes mais de 54% se autodeclaravam pardos ou pretos. Porém, ainda para o IBGE², conforme apontado anteriormente, “os brancos têm os maiores salários, sofrem menos com o desemprego e são maioria entre os que frequentam o ensino superior”.

Assim, a compreensão de diversidade apresentada pela Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual do Paraná, considera a indissociabilidade entre diferenças culturais e desigualdades sociais, conforme aponta Maria Regina Clivati Capelo³ (2008, p.1 e 5):

Considerando que as diferenças podem ser causa de desigualdade, entende-se que situação de classe e condições culturais são categorias que não se separam e não podem ser substituídas uma pela outra, pois devem ser analisadas relacional e situacionalmente. Diferenças e desigualdades fazem parte de uma equação que produz identidades. Nossas identidades sociais têm relações com as imagens e representações que configuram o imaginário social (repositório de nossas concepções e idéias); têm relações com os adultos que nos educam, com o lugar social em que nascemos e vivemos, com o chão em que pisamos, com os recursos que dispomos para viver. Enfim, somos produtos das relações sociais que edificamos ao longo de nossas trajetórias de vida. Ao longo de nossas histórias, tecidas relacionalmente, defrontamo-nos com “outros”, com desiguais, com diferentes diferenças. [...] As desigualdades sociais também estão vinculadas às diversidades que têm a ver com as **diferenças** entre os grupos sociais: diferenças de gênero, étnicas, culturais, religiosas, etárias, temporais, espaciais, sexuais, etc. [...] Diferenças culturais e condição de classe social são categorias que não se excluem e devem ser focalizadas de modo inseparável, pois existem situações entendidas como culturais que têm servido ao propósito da exclusão. Nesse sentido ser negra, mulher, solteirona ou cinquentona, pobre e homossexual

¹ PNAD-C: Distribuição da população por cor ou raça 2012 – 2016. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>> acesso em: 22 mai. 2018.

² Agência IBGE notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade.html>>.acesso em: 22 mai. 2018.

³ Professora aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, doutora em Educação pela UNICAMP e assessora do Departamento da Diversidade da SEED.

faz uma diferença muito grande quando se vive numa sociedade hegemonicamente branca, onde a maioria da população vive em situação de pobreza.

Outro aspecto importante a ser enfatizado pela Equipe Multidisciplinar é o conceito de identidade negra. O que faz o negro ser negro? Só a cor da pele? Muitos autores vêm se debruçando sobre este tema. Munanga (2009) estabelece três marcadores que auxiliariam para construir o conceito de identidade negra. São os fatores históricos, lingüísticos e psicológicos. O primeiro é considerado o mais importante, porque une diversos povos através de um sentimento de continuidade, daí a importância da busca pela ancestralidade. Essa história comum vêm sendo encontrada nas comunidades religiosas de matriz africana, onde se reproduz, através da oralidade, os mitos de origem.

Como os idiomas africanos foram arrancados de seu povo nas colônias, a linguagem que restou e que serve como algo que marca uma identidade comum é a estética do cabelo, estilos musicais e de danças. E sobre o fator psicológico, se há uma diferença entre o temperamento de brancos e negros, existe pela socialização histórica dos negros através de suas estruturas comunitárias e não por algo biológico como acreditavam os racialistas.

Talvez o elemento de maior coesão que possibilite a negritude seja o sentimento comum de ser excluído de sua condição de cidadania. Mas para tornar esse sentimento em algo transformador, o negro precisa começar aceitando seu próprio corpo, gostando dele, considerando-o normal, assim como o branco vê a si próprio. A partir desse momento, cada negro ou negra torna-se responsável por recuperar os valores e a história de seu povo que lhes foi arrancada pela diáspora. Isto porque o imperialismo colonial retirou basicamente duas coisas da África e de seu povo: sua riqueza material e sua história. E um homem sem história não tem identidade. Passa a assumir a identidade que lhe é ensinada. A educação colonial ensina o idioma, a história e a cultura europeia, o negro passa a ser socializado nesse espaço, e considera tudo que for branco como norma, como natural, como normativo. Embranquecer para adequar-se, para sentir-se normal passa a ser uma saída para centenas de negros e negras.

Quando recusa a assimilação precisa voltar às raízes. Muitos autores reiteram a importância de intencionalmente voltar-se para a história da África que não se conhece, muitas vezes a escola não está preparada ou vontade política para investir nesse assunto com a dedicação necessária. Afinal, muitos professores não têm domínio desse conteúdo,

ainda que a lei que obriga o ensino da história e da cultura africanas nos ensinos fundamental e médio não seja tão recente assim.

Gomes (2017) defende que o movimento negro é capaz de produzir e sistematizar conhecimentos sobre a questão racial brasileira. Faz isso ao ressignificar e politizar o tema raça, tirando-o do espaço da inferioridade e dando a ele um caráter emancipatório. Ultrapassa, portanto, os limites do mito da democracia racial ao mobilizar e reivindicar políticas públicas reparatórias para a população negra, que vive ainda o racismo em seu cotidiano.

A postura política combativa dos movimentos negros deve estar no espaço escolar, enfrentando o conservadorismo e estimulando a inquietude e as possibilidades de novas formas de aprender e de integrar a diversidade racial. É consenso entre os movimentos negros de que a escola reproduz o racismo, tendo em vista que a raça é um elemento estrutural e estruturante da sociedade brasileira. Justamente por isso e partindo do princípio de que a experiência social gera conhecimento, a autora defende que a escola precisa buscar os movimentos negros para embasar seus projetos pedagógicos que pretendam ser emancipatórios.

Fazendo um breve levantamento histórico dos movimentos negros no Brasil, a autora revela que no meio do século XX a luta era pelo acesso ao ensino secundário. Demonstrando que a ideia de uma integração real da população negra através da educação não é recente. Com a universalização da educação o movimento negro percebeu que a inclusão não aconteceu, surgindo deste fato, a ideia das cotas.

Para tanto, é necessário que os pesquisadores dos movimentos negros produzam conhecimento sobre a realidade social, descobrindo possibilidades, desenvolvendo inconformismos e por isso mesmo, mudanças na educação e no espaço escolar. Esse é o papel dos movimentos negros e ele precisa ser aproveitado pela escola. Afinal, é o movimento negro quem procura elaborar identidades a partir do desenvolvimento de práticas e de teorias, abrindo espaços nas redes sociais, nas pautas políticas e no fazer pedagógico.

Ouvir a experiência racial, de negros e negras, numa sociedade racializada é possibilitar transformações, é intervir de maneira intencional nas relações sociais do cotidiano escolar. Uma boa atividade, nesse sentido, pode ser compartilhar com os estudantes as experiências de figuras públicas, canais em que jovens negros discutem as questões raciais, denunciam atos de racismo, dão dicas de beleza negra, divulgam arte marginalizada e crítica.

A autora lembra que todas estas questões estão imersas numa sociedade e numa cultura racista e capitalista. Isto é importante na medida em que são muito tênues os limites entre o que é a identidade negra em construção, o que é o estereótipo e o que foi cooptado pelo mercado e transformado em mercadoria.

Já Césaire (2012) salienta que para construir a identidade negra é necessário orgulho de sua condição, fidelidade à herança africana e solidariedade a todos os irmãos negros que a diáspora espalhou pelo mundo. Obviamente defender uma África única, desconsiderar suas diferenças geográficas, populacionais, históricas e culturais é um erro intelectual. Entretanto, há algumas linhas fundamentais que caracterizam este continente como uma civilização. O parentesco, a coletividade, o casamento e o poder.

Para o africano não é a profissão, a classe ou a nacionalidade que o definem, é o parentesco, seja de forma matrilinear ou patrilinear, a relação que se estabelece com o pai, a mãe, os tios e tias é fundamental para que ele saiba qual sua posição no mundo. Existe a primazia dos interesses e ações coletivas em detrimento das baseadas no individualismo desenvolvido no ocidente. O casamento é tão importante para a sociedade africana de modo geral, que não existem papéis sociais para os solteiros, não existe lugar para essa possibilidade. E finalmente, o poder exercido pelos chefes em cada localidade é essencialmente baseado no sangue, portanto, no parentesco e a legitimidade encontra-se no sagrado. Isto não significa, entretanto, que não haja espaço para o debate, ao contrário, leva-se isso tão a sério que se busca a unanimidade e não apenas o apoio da maioria (MUNANGA, 2009).

Toda esta preocupação com a identidade negra é decorrente do racismo. Munanga (2004) esquematiza muito bem os tipos de racismo e de antirracismo presentes na sociedade. Chama de racismo universalista aquele que existe no Brasil e que pretende embranquecer o Brasil, fazendo o sangue negro desaparecer. O antirracismo universalista dele decorrente, usa o mesmo argumento, se todos somos mestiços o racismo não tem razão de ser. Somos todos humanos. Este antirracismo é considerado racista porque vê na homogeneização cultural algo positivo. Desconsiderando a legitimidade da diferença entre negros e brancos. No Brasil o movimento negro vem lutando por um antirracismo diferencialista.

O autor chama de racismo diferencialista aquele encontrado nos Estados Unidos da América e na África do Sul, onde uma gota de sangue torna a pessoa negra e segregada. O antirracismo diferencialista dele decorrente quer a manutenção da diferença

e o respeito a elas. Diferenças essas que são culturais, que não devem ser assimiladas ou dissolvidas na cultura branca. Direito em ser diferente e garantia de cidadania.

Deslocando tais questões para o nosso contexto é possível depreender que o Colégio Estadual do Paraná embora localizado na região central de Curitiba, possui menos de 5% dos estudantes, segundo pesquisa realizada em 2017⁴, residem nas proximidades do colégio. A maior parte advém da periferia e região metropolitana. Destes, sob o aspecto de pertencimento racial, 30% se autodeclaram pardos e pretos e menos de 1% indígena.

Se levarmos em consideração que as mulheres são a maioria no Brasil e no CEP representam 64,4% é igualmente relevante sabermos que dados de pesquisas revelam que as mulheres negras sofrem dupla desvantagem social, por serem mulheres e por serem negras. É nesse contexto que se percebe que mais de 70% dessas mulheres continuam presas às ocupações manuais, maioria quase absoluta de empregadas domésticas. Seus salários são mais baixos do que as brancas, do que homens negros e brancos. Ficam por mais tempo desempregadas e quando do ato de recrutamento para uma nova vaga de emprego, muitas são preteridas pelo eufemismo do “boa aparência” ou ainda retiradas das casas pobres das áreas rurais, trabalhando em regimes análogos à escravidão nos centros urbanos.

O racismo e o sexismo agindo de maneira conjunta provocam sofrimentos psíquicos, quedas radicais na imagem que fazem de si mesmas, sentem-se julgadas por não possuir as características que são tomadas como naturais pela sociedade. Ainda que mais da metade da população brasileira seja negra (pretos+pardos), todos os padrões de estética, comportamento, cultura, ancestralidade, arte, história e modo de ver o mundo são brancos.

Restando às mulheres negras somente à esperança de ser negra bem adjetivada: “Aquela negra bonita”, “Aquela negra inteligente”... Culturalmente racista, a sociedade brasileira fez acreditar que a beleza ou a inteligência entre negras e negros são características raras, exceção, nunca a regra.

Ainda no campo das pesquisas sociais, existe uma constatação sociológica que as mulheres negras são preteridas pelos homens negros, que preferem as brancas, algumas teses psicanalíticas revelam que inconscientemente o negro deseja clarear seus filhos para evitar o sofrimento racial pelo qual ele próprio passa.

⁴ Pesquisa realizada em 2017 com estudantes do CEP. Foram obtidas 2171 respostas de um total de 4604. Todos os percentuais inseridos neste projeto utilizam dados desta pesquisa.

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideias de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro. (SOUZA, p.2, 1983)

Seguindo esta lógica de negar a si mesmo, o racismo faz com que a mulher negra tenha que muitas vezes pagar muito caro ao conviver com uma identidade destituída de prazer (SOUZA, 1983), por causa disso, muitas vezes há a rendição e com ela a solidão. Alguns estudos têm usado do conceito da solidão da mulher negra, que chega a ter alguns relacionamentos, e destes surgem os filhos, mas o companheiro logo a abandona, deixando a seu cargo o sustento de si e das crianças. Estas crianças por sua vez, em seu crescimento psicológico, não vê prazer em seu corpo, porque não é branco, e por isso, falho e imperfeito (SOUZA, 1983).

Por causa dessas especificidades enfrentadas pelas mulheres negras, é que o movimento feminista negro possui algumas pautas diferentes em comparação com as companheiras brancas. É necessária uma série de ações, em diferentes frentes para diminuir o abismo que separa mulheres brancas e negras. A discussão sobre raça, por exemplo, pode provocar mais processos de auto identificação entre negras e mestiças, o que reforçaria ações coletivas.

Esta luta dentro da luta não possui, de maneira alguma, um caráter divisionista do movimento feminista de modo geral, é preciso escapar desse discurso, tendo em vista que serve apenas para homogeneizar as mulheres e assim, invisibilizar a comunidade negra e suas especificidades. O racismo não é algo acidental que a mulher negra tem que enfrentar vez por outra, é antes, elemento estrutural na sociedade brasileira.

Ainda que o racismo seja estruturante e gere desigualdades concretas, sua linguagem e sua natureza se plastifica de acordo com o momento político, um exemplo vívido é a defesa do “todos somos humanos”, que traz num tom cordial a ideia de que negras e negros não precisariam lutar por nada, a escravidão teria ficado num passado distante e agora a sociedade respeita a todos. Esse argumento é usado por indivíduos que se vêem como antiracistas, entretanto, quer apenas colocar panos quentes e ignorar os privilégios que os brancos chamam de mérito.

A ambiguidade do racismo brasileiro é o principal obstáculo a ser enfrentado pela mulher negra, que precisa elaborar sua dor, porque essa dor provoca uma compulsão à sua repetição, isto significa que curar-se é um processo realmente difícil (SOUZA, 1983).

E a escola pública não pode se abster desse papel histórico de provocar o debate, de falar sobre o racismo, de ter coragem para enfrentar as consequências estruturais desse processo.

Porque cada menina negra que passa a se amar, que passa a se olhar no espelho e lentamente deixe de tomar para si o referencial branco, torna-se efetivamente negra, e sua existência individual é um ato político que possui um efeito coletivo, multiplicador não somente da beleza dos traços e texturas, mas do convite imperativo de conhecer o que se passa no movimento negro.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações que efetivem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena das Leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08 com o intuito de promover a convivência democrática no ambiente escolar reconhecendo que somos plurais e que não há uma cultura superior à outra.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Propor e desenvolver de ações pedagógicas que tratem das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
- Garantir que a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular, segundo o Projeto Político Pedagógico do CEP (2017, p. 50-51) contemple, obrigatoriamente a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena na perspectiva de proporcionar aos estudantes uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica;
- Valorizar a presença dos/as educadores/as, funcionários/as e estudantes negros/as e indígenas do Estabelecimento de Ensino, promovendo a capacitação, participação em palestras e oficinas promovidas pela Equipe Multidisciplinar;

- Promover ações com o intuito de romper os preconceitos em relação à cultura africana e indígena, buscando o fim de uma visão estereotipada das populações indígenas, africana e afrodescendente, promovendo a equidade e o respeito;
- Interferir nos possíveis conflitos étnicos presentes no cotidiano escolar, promovendo o diálogo, a capacitação e o respeito às diversidades étnicas, e orientar nos casos que ultrapassam os limites da ação pedagógica da Equipe Multidisciplinar para que sejam avaliados pelas instâncias competentes;
- Promover a aproximação entre a escola e o Movimento Negro e Indígena, estabelecendo diálogo entre as ações no campo da educação e suas implicações no cotidiano da escola;
- Estabelecer a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola e das Propostas Pedagógicas Curriculares das diversas disciplinas, conteúdos e discussões previstas na atual legislação educacional com relação à educação para a promoção da igualdade étnico-racial e a diversidade sexual;
- Desconstruir ações e manifestações de cunho racista e/ou preconceituoso no espaço escolar entre professores, estudantes, funcionários, pais e responsáveis;
- Socializar com toda a comunidade escolar os conteúdos apreendidos em capacitações, cursos, oficinas e palestras relacionadas à temática das relações étnico-racial e da diversidade sexual;
- Interagir com os/as educadores/as em suas práticas educativas para que promovam a educação para as relações étnico-racial e para o respeito à diversidade no cotidiano da sala de aula, pensando conteúdos, práticas cotidianas e relações entre os sujeitos da comunidade escolar;
- Desenvolver com os estudantes compostos pelas diversas modalidades de ensino para atuar como colaboradores nas ações da Equipe Multidisciplinar e multiplicadores de ações voltadas ao respeito nas relações étnico-raciais e a

diversidade sexual, social e cultural.

4 METODOLOGIA

Para a semana da consciência negra 2018 a Equipe Multidisciplinar do CEP propõe a realização de um seminário acerca das questões étnico-raciais e a diversidade sexual, social e cultural. O seminário será precedido de oficinas, palestras e leituras visando a implementação de uma concepção de educação voltada para a formação do pensamento, da sensibilidade, da reflexão, considerada base para que exista o respeito ao outro.

6 REFERÊNCIAS

CAPELO, M. R. C. **Quando a diversidade cultural se transforma em desigualdade social: primeiras aproximações**. Mimeo. Londrina, 2008.

MARÇAL, J. A. **A formação de intelectuais negros(as): políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Nandyala, 2012.

QUEIROZ, A. M. M. Identidade negra e identidade nacional. In: GAUDIO, Rogata Soares; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **Geografias e ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora UFMG, 2014.

CÉSAIRE, A. **Diário de um retorno ao país natal**. São Paulo, Edusp, 2012.

GOMES, N. **O movimento negro educador**. Petrópolis, Vozes, 2017.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

ANDRÉ, M. **O ser negro: a construção de subjetividades em afro-brasileiros**. Brasília, Quatro Estações, 2008

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

KON, N. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo, Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo, Perspectiva, 2017.

SILVA, T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 1996.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.